

# Desnecessário perfil baixo

O discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe poucas novidades e uma decepção. Não abriu horizontes mais amplos nem serviu para demonstrar aquela operosidade — que S. Exa. fez questão de chamar de artes de acrobatas à espera de aplausos no circo, com as quais ele e seus ministros não se querem confundir — que uma parte do PFL, pela voz do sr. Antônio Carlos Magalhães, cobrou do chefe de governo. O presidente preferiu continuar na sua pregação de que este é um governo sem surpresas e de que até mesmo as reformas à Constituição não surpreenderão a opinião pública, pois serão discutidas, assim como o Plano Real o foi. Tem, nesse particular, o apoio da outra parte do PFL, representada pelo presidente do partido, Bornhausen, para quem não há mais lugar para gestos espetaculosos.

É preciso ver, porém, que, no sistema presidencialista de governo — especialmente num país como o Brasil em que o Poder Legislativo a cada eleição é por assim dizer castigado pelas abstenções, votos brancos e nulos —, é a figura e são os gestos do presidente da República que contam. Ninguém espera milagres, especialmente depois da decepção do governo Collor de Mello, que começou anunciando muitos. É o comportamento do presidente, porém, que permite ao povo fazer seu julgamento. O perfil baixo, próprio do sr. Fernando Henrique Cardoso, que se resguarda a fim de

resguardar a autoridade da Presidência, adapta-se melhor a outras plagas; não a este país sofrido que necessita saber, por ver, que seus governantes agem e não confiam apenas no "processo", sem dúvida criador das coisas concretas e permanentes, mas ainda assim método de ação política descartado pela opinião pública. O presidente fixa-se no êxito de sua política econômica. Tem razão; o que serve de símile para as reformas constitucionais é o Plano Real, sólido muro em que S. Exa. se apóia. Será seu ponto de descanso, assim o esperamos, durante muito tempo se conseguirem, ele e seus ministros, demover o Congresso de algumas posições que comecem a se cristalizar. Porque na verdade a parada que se joga não é mais econômica (a menos que haja acontecimentos imprevistos pela frente), e sim política.

O Executivo pode aparentar tranqüilidade à luz do resultado das eleições para as Mesas do Senado e da Câmara. O apoio que o senador José Sarney deu ao processo de reformas constitucionais, de certa maneira fazendo-se o fiador (a "alavanca") dele, mais as posições já conhecidas do sr. Luís Eduardo Magalhães e as de seu partido, o PFL, justificam esse estado de espírito. O presidente da República sabe, no



entanto, que esse apoio das direções das Mesas é apenas uma parte do que necessita; a decisão sobre isto ou aquilo será tomada no momento das votações, quando o Congresso, infenso desde muito a obedecer às lideranças, votará de uma maneira que se poderia dizer irá traduzir-se num somatório de posições individuais. Por isso, o presidente da República foi tão cauteloso nas suas referências ao Congresso, tão generoso no apelo que fez para que seus esforços em prol das

reformas fosse secundado; tão sutil em dizer que o Congresso (o antigo, bem entendido) havia criado condições para monumental déficit da Previdência, que o impedia de sancionar o aumento do salário mínimo. S. Exa. é sensível ao Congresso e preocupado com a opinião pública — por isso, determina a seus auxiliares que não recebam as gratificações de função e ele próprio se privará de parte dos vencimentos enquanto o mínimo não chegar aos R\$ 100! Alguns diriam: "demagogia"; outros fariam: "sábua política". O povo decidirá para que lado irá seu coração. O que ficará, no entanto, é a sensibilidade ao Congresso, que impede o presidente de vetar o projeto que concede anistia ao senador Humberto Lucena *et alii*.

O presidente da República escuda-se, ao não

vetar, em propósitos dos mais nobres: não quer um conflito entre Poderes — entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo! Como se o veto, este ou qualquer outro, ou uma decisão judicial declarando inconstitucional uma lei votada pelo Congresso e sancionada pelo presidente (não é este o caso, óbvio) criasse conflito entre Poderes. O Tribunal Superior Eleitoral julgou e aplicou a pena que a lei votada pelo Congresso prescreve; o Supremo Tribunal

**FH deixou claro que o Plano Real é seu apoio e deu vantagens aos que defendem o Brasil velho**

Federal não encontrou razões jurídicas para conhecer do recurso do senador Lucena. Não entrou no mérito da questão. Por que o veto significaria uma crise entre Poderes? Fugindo à decisão maior, o presidente frustrou aqueles que o elegeram e imaginavam que os tempos da acomodação e das meias-palavras tivesse passado. No momento em que deveria responder aos seus eleitores, o presidente pensa nas reformas — que sabe, desde já, não serão votadas pelo Congresso como o Executivo pretende. Ao recusar-se a vetar, o presidente demonstrou que seu único ponto de sustentação real é o Plano Real. Os velhos políticos, que dominam o Congresso, saberão tirar as lições pertinentes...